

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Conceito Brasileiro*

Class.: 530

Data: 05.03.86

Pg.: _____

Denunciada manipulação de índio

O deputado João Batista Fagundes (PMDB-RR), em pronunciamento ontem na Câmara dos Deputados, denunciou a falta de um controle mais efetivo das autoridades brasileiras com relação à fronteira do País com a Guiana e a Venezuela e a manipulação que vem sendo feita dos índios daquela área. Segundo ele, os índios estão sendo "criminosamente manipulados por padres italianos que, enriquecidos em suas vestes sacerdotais, pretendem criar uma zona liberada na fronteira Brasil-Guiana e Brasil-Venezuela".

Para o parlamentar de Roraima, o problema atinge proporções mais graves por estar se verificando em área despovoada do território, inteiramente vulnerável, na fronteira com os dois países. Ele lembrou que a Lei nº 6.834, de 2/5/79, define a faixa de fronteira como sendo a faixa interna de 150 quilômetros de largura, paralela à linha divisória terrestre do Território Nacional. Ao regulamentá-la, o Decreto 85.064, de 26/8/80, condicionou as atividades a serem ali desenvolvidas à concordância prévia do Conselho de Segurança Nacional.

Entende o deputado que tanto a lei como o decreto evidenciam que a faixa de fronteira não é apenas um pedaço do Brasil, mas uma parte de alto valor estratégico, "que mereceu do legislador um tratamento diferenciado e especial".

Fagundes acrescentou que se a fronteira em geral merece atenção, maior cuidado deve merecer a parte mais vulnerável de nossa fronteira, "que é aquela situada na Região Amazônica, onde se verificam os grandes vazios demográficos". No raciocínio do deputado, "não é preciso ser nenhum Napoleão para saber que não existe segurança em fronteira despovoada".

O deputado salienta, ainda nessa linha de raciocínio, que se devem criar facilidades, e não dificuldades, para a colonização da região, para se chegar até lá. Isto porque estimulando a fixação de brasileiros em nossas fronteiras, será possível eliminar as fronteiras entre os brasileiros, mediante o fortalecimento do sentimento de nacionalidade.

AMEAÇAS

Em seu pronunciamento, o deputado João Batista Fagundes denunciou a ameaça à integridade do País que se observa na região, com grande área fronteiriça inteiramente interdita aos brasileiros, pela existência nela de reservas indígenas. "É curioso assinalar que, embora se apregoe a diminuição da população indígena, a dimensão das reservas vem apresentando um notável crescimento", destacou.

O parlamentar peemedebista estranha que, tão logo se observe a presença de

um índio na região, imediatamente a Funai pretenda a área, embora violentando o direito de quem lá está há tempos. "Como o índio é nômade — lembra Fagundes — o limite das reservas também se movimenta, preferencialmente na direção das grandes jazidas minerais".

Destacando a fala do governador Gilberto Mestrinho durante o I Encontro da Amazônia, denunciando "as multinacionais da fé, que transportam o índio para onde existe o minério", o deputado de Roraima alinhou uma série de acusações a respeito da participação de organizações internacionais e de pessoas — destacadamente do clero — numa campanha de unificação de todas as reservas indígenas.

Ele salientou o Parque Yanomani, na fronteira Brasil-Venezuela, que mantém interdita aos brasileiros uma área de 9 milhões de hectares — 16 vezes o Distrito Federal, quatro vezes o Estado do Sergipe e duas vezes o tamanho do Rio de Janeiro. Segundo ele, quem comanda tais campanhas propõe uma revolução nas relações entre o Estado e os povos indígenas, para que o índio deixe de ser um brasileiro tutelado e passe a constituir elemento autônomo de outra Nação. "A Kalapônia — exemplifica o parlamentar — que está sendo articulada pela união das reservas dos Kalapós, é um exemplo concreto".

INCITAÇÃO

Depois de denunciar o bispo de Roraima, dom Aldo Mogliano, de mandante de incêndios e derrubadas de cercas de fazendeiros roraimenses, o deputado João Batista Fagundes ampliou suas acusações, lembrando que quem articula a criação da Kalapônia é uma fotógrafa suíça, Cláudia Andujar, "com inexplícável influência junto à Funai e livre trânsito em todos os pontos do Brasil, que hoje estão interditados aos brasileiros".

Questionando a origem dos recursos da fotógrafa para sua peregrinação, Fagundes acrescenta que "milhares de dólares têm entrado através da fronteira Brasil-Guiana, em uma região onde não se hasteia a bandeira brasileira, e onde padres italianos fomentam um conflito permanente, jogando índios contra fazendeiros".

Os exemplos, garante o deputado, são muitos. E cita o caso do italiano Giorgio D'Al Bene, conhecido como padre Jorge, que mandou um índio rasgar o certificado de conclusão do serviço militar, alegando que "aquilo era invenção de branco, pois documento de índio é sua cara". E mais a derrubada de seis quilômetros de cercas do fazendeiro Epitácio Andrade Lucena, pioneiro de Roraima, por ordens do bispo dom Aldo.

Refere-se, ainda, à situa-

ção no Amazonas, no extremo Noroeste brasileiro, a partir do Alto Rio Negro para o Sul, onde a fronteira Brasil-Colômbia está totalmente tomada com reservas indígenas. O deputado fez menção ainda ao recente "massacre" havido na região, "fartamente divulgado na Europa", que para ele tem como justificativa a duplicação da reserva Pari Cachoeira, onde foi descoberto ouro, na serra da Traíra.

Ele lembrou que a descoberta foi feita por métodos indiretos, através de processos técnicos e científicos, com tecnologia das mais avançadas, por grupos mineradores nacionais. O representante de Roraima alerta que, com isso, vai se fechando o anel na direção do Acre, consagrando-se a tese dos que pretendem a união de todas as reservas indígenas, com a interdição total da fronteira amazônica. "Daí — acentua — para a criação de uma nação independente é um pulo. Basta recuar a nossa fronteira, que passará a ser feita com os índios, e não com os colômbianos".

DISTORÇÕES

O deputado João Batista Fagundes pede que se retire imediatamente do índio essa tutela eterna que o transforma em "vítima rentável, pintada como os negros de Debret, sempre açóitados". E fulmina: "A verdade é que existe muito malandro tirando onda de índio na cidade. A carteirinha de índio, da Funai, empresta mais imunidade do que a carteirinha de deputado que muitos deles pretendem conquistar na Constituinte. Mas nenhum, evidentemente, pretende conquistar a plenitude da cidadania, mediante o pedido de emancipação previsto no Estatuto. Até hoje a Funai não promoveu a emancipação de um só índio, embora existam centenas integrados à comunidade nacional".

O parlamentar de Roraima afirma que o Marquês de Pombal tinha razão de sobra quando queria o índio participante ativo da força de produção e da etnia brasileira. Ele lembra que, para conseguir, foram expulsos os jesuítas, que, "já naquela época, preferiam os índios confinados em zoológicos humanos, para exercerem sobre eles um total comando, como hoje ainda tentam fazer".

Salientando que não era mais o político que bradava, mas as próprias vítimas que vinham a público denunciar as manobras envolvendo índios e terras, o deputado João Batista Fagundes enfatizou estar na hora de "aparecer um novo Marquês de Pombal para desinterditar a fronteira brasileira e evitar que os italianos enriqueçam na batina e no índio tutelado, venham a criar uma fronteira entre os homens de um mesmo Brasil".